



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 2. 2013 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO

William Retamiro^{*}

Elvira Aparecida Simões de Araújo^{**}

Edson Trajano Vieira^{***}

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de debater a educação como ferramenta essencial para transformar uma sociedade por meio de uma nova visão econômica. Sob uma metodologia bibliográfica e documental, este artigo tece uma análise de como o fator educacional pode interferir na realidade social e econômica de um grupo social que vive uma condição de visão imutável quanto a sua realidade para uma nova perspectiva de mutação promissora. Essencialmente com base na visão de Paulo Freire, com partes da visão econômica de Celso Furtado, dialoga-se acerca da libertação intelectual promovida pelo acesso ao conhecimento. Verifica-se então, que a Economia Social atua nesta perspectiva, possibilitando ao indivíduo a conscientização de sua condição atual, visão crítica acerca de uma situação desfavorável, possibilidade de mutação por meio do entendimento com a elucidação do entender econômico, resultando em uma melhora da sua autoestima, vindo este se tornar facilitador deste entendimento. Ademais, discorre-se sobre o papel fundamental do educador como promotor desta transformação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Economia Solidária; Cultura da Transformação.

^{*} Economista e Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Correio eletrônico: wretamiro@yahoo.com.br

^{**} Doutora em Psicologia da Educação pela Unicamp e Professora do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. Correio eletrônico: elvirasaraujo@gmail.com

^{***} Doutor em História Econômica pela USP e Professor do Mestrado de Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Correio eletrônico: etrajanov@usp.br



Abstract

Education as a tool for development. This paper aims to discuss education as an essential tool to transform society through a new economic vision. Under a methodology bibliographic and documental, this article presents an analysis of how the educational factor can interfere with social and economic reality of a social group who lives in a condition of vision as to its unchanging reality for a promising new approach to mutation. Essentially, this paper is based on Paulo Freire's educational vision and the economic view of Celso Furtado, the dialogue is about the intellectual liberation promoted by access to knowledge. Thus, it is verified that the Social Economy operates in this perspective, it enables the individual to the understanding of his current condition, a critical view of an unfavorable situation and the possibility of change by understanding the elucidation of economic comprehension, resulting in an improving of his self-esteem, which becomes a factor that enhances this understanding. Furthermore, it deals with the fundamental role of the educator as a promoter of this transformation.

Keywords: Regional Development; Solidary Economy; Culture of Transformation.

Introdução

Debalde seriam quaisquer lucubrações sobre desenvolvimento econômico sem a interpelação da educação como fator fundamental para tal fato.

No Brasil, a educação sempre fora pauta – e talvez sempre será – de projetos políticos partidários, demanda social e canal para fomentar o desenvolvimento econômico. Indagáveis são as formas em que suas bases foram fundadas, seus reais objetivos foram planejados, suas ferramentas de regulação são eficazes, bem como, a quais interesses atendiam suas diretrizes reais.

Na Bíblia, mais especificamente na carta escrita pelo Apóstolo Paulo aos Romanos, no capítulo 12 versículo 2, lê-se: “[...] e não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente [...]”. Tal trecho faz pensar em como o poder da informação é capaz de transformar o meio em que vivemos. Basta tão somente, obtermos o aceso a esta informação para que tudo o que era visto de uma forma imutável, torne-se obsoleto ou passível de transformação.

Desta forma, a educação permite ao indivíduo o poder de despir-se de uma ignorância dominante, para projetar-se ao mundo, mais especificamente ao ambiente que lhe cerca, a

fim de se modificar por meio de uma mente renovada, as questões danosas em fatores quase inócuos.

O mesmo pode ocorrer no aspecto econômico. Promover a elucidação de fatos econômicos, capacitando o indivíduo para que este agregue uma nova visão empreendedora e melhore sua autoestima, possibilita que tal se torne ícone fundamental em seu grupo social, para promulgar uma nova visão econômica. Nisto vemos a educação como ação libertadora.

Portanto, este artigo objetiva abordar a educação como ferramenta capaz de promover a liberdade do indivíduo, obtendo uma visão diferenciada sobre os malefícios provocados por um sistema econômico que demonstrou dificuldade em socializar sua riqueza econômica, social e educacional.

Primeiramente, abordar-se-á a educação como forma de promover a liberdade, com citações de um dos principais idealizadores deste conceito: Paulo Freire. Em seguida, será apresentada uma nova forma de metodologia econômica, a Economia Social, com vistas a explicar como esta promove o indivíduo outrora subalterno e posteriormente, tomador de decisões. E por fim, o papel do educador como agente primordial neste processo.

1. A educação como ferramenta para metamorfosear a sociedade

A educação é uma forma de intervenção no mundo. Suas ações podem ser oriundas de uma ideologia dominante, por meio do esforço de sua reprodução, ou pelo desmascaramento desta; graças ao conhecimento dos conteúdos (FREIRE, 1996, p. 98).

Cotidianamente, vê-se que a educação é pauta nos assuntos de plataformas políticas partidárias, sociais e dentro das academias. Todavia; seu poder transformador, por muitas vezes é suplantado, colocando-se uma carga de atividades seculares, as quais fazem com que o indivíduo que busque o conhecimento, o obtenha, mas de forma singela.

Credita-se tal malogro ao modelo adotado nos anos 60 e 70, período em que o Brasil vivia uma transformação política e econômica. Com o golpe de 1964, várias universidades e o movimento estudantil sofreram forte repressão, ainda agravado pelo AI-5, reprimindo com rigor quaisquer tentativas de crítica política no interior das escolas e universidades.

Assim, o processo escolar brasileiro passou por uma “tecnização” e uma “expansão controlada”, com o intuito de preparar a mão de obra trabalhadora do porvir, para o crescimento econômico esperado para tais décadas, decorrentes dos planos econômicos I e II



PND's. Desta forma, poder-se-ia conter as insatisfações de parte dos estudantes, como por exemplo, com a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), que fora implementado sob a influência da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 234 e 235).

Isto denota o quanto a educação pode influenciar o indivíduo, capacitando-o para transformar o meio em que vive. Pois, com a ampliação de seu senso crítico, a capacidade de indagar situações, mobilizar grupos e promover a elucidação de fatos, fazem com que haja um despertar para as ações que permeiam a sociedade, podendo intervir de forma tanto positiva, quanto negativa.

É neste escopo que Paulo Freire (1996, p. 99-100) coloca que a educação produz o interesse nos educandos em metamorfosear o meio em que vivem, mas que, segundo “interesses dominantes”, cabe à educação uma prática imobilizadora e ocultadora. Contudo; é inexorável o reconhecimento de que a educação dominante promove os avanços técnicos necessários à sociedade, mas limitado a seus interesses. Pois, é demasiado lucubrar que bancadas políticas, como por exemplo, a ruralista, aprovaria projetos educacionais de senso crítico em questões que confrontassem seus interesses; tal como, a discussão nas escolas rurais, acerca da reforma agrária como projeto de desenvolvimento econômico.

Assim, verifica-se que o desenvolvimento econômico tem sua origem no comportamento humano, o qual é passível de escolhas, estas por sua vez, são existente de conflitos, os quais ocorrem, devido a demanda para satisfazer o indivíduo, não ser atendida em sua plenitude; ou seja, ocorre o inexorável fato da “lei da escassez” de recursos. Tal lei prescreve a necessidade de alocar de forma eficiente os fatores/recursos de produção disponíveis, a fim de se obter bens e serviços que servirão para atender as necessidades infinitas dos consumidores.

Diante disto, novas formas de aprimoramento das ações econômicas, têm surgido com a meta de sanar tais necessidades coletivas (educação, saúde, renda, etc.), sendo denominadas tecnologias sociais.

Por partir do princípio de que a transformação social, por meio da tecnologia social deve ser oriunda de uma ação endógena da sociedade, tal é considerada como uma forma morosa e de difícil aplicação, até que se obtenha os resultados almejados.

Diante disto, a Economia Social (ECOSOL) se caracteriza por ser um modo de produção cujos princípios baseiam-se na propriedade associada do capital e o direito à liberdade do ser humano, pois surge como uma reação ao modo de produção capitalista (SINGER, 2006, p. 38).

A ECOSOL lida de forma direta com a “lei da escassez” ante ao comportamento humano. Esta possui valores adotados inicialmente pelos socialistas utópicos. Porém, sua evolução acompanhou as alternâncias do capitalismo, sempre com novos modos de aplicar seus princípios, mantendo suas características, as quais tangem a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, os valores da cooperação e da solidariedade, todos estes como promoção do saber e da criatividade.

Destarte, utilizar o processo educativo como forma de promover o senso crítico a fim de que este funcione como mecanismo de identificação de fatores críticos na sociedade, fazendo com que se estimule um desenvolvimento econômico incluyente, passa por questões que rompem o tradicionalismo.

Tal rompimento se dá pela recriação de uma realidade até então, insólita. Permeando o imaginário, vislumbra-se uma autonomia factível, capaz de promover uma mutação social pautada na práxis, a qual outrora seria inconcebível, haja vista que o saber humano pauta-se no tradicionalismo.

Com vistas a isto, a economia objetiva atender ao elemento humano, que é o foco de suas lucubrações, por meio de uma forma na qual a geração de riqueza integre-o à comunidade como elemento produtor e beneficiado da produção, a fim de se promover o crescimento e por consequência o desenvolvimento econômico, sendo comum nos debates sobre economia, a distinção sobre estes dois fatores.

Assim, novos modelos de conceitos econômicos, surgem sob esta situação de alternância de valores e de promoção do humano como centro dos fatores econômicos.

Portanto, metamorfosear a realidade é primeiramente permitir que o imaginário seja liberado, possibilitando que uma nova concepção da realidade econômica seja vislumbrada e em seguida, implementada, a fim de se atender as demandas do ser humano, as quais outrora lhe foram vergadas pelo pensamento tradicional capitalista.

2. O ensino e a práxis para o desenvolvimento por meio da Economia Social

Dentro de um aspecto nacionalista, desenvolvimento é o resultado do fluxo real de



renda, oriundo do incremento da quantidade de bens e serviços, o qual é acompanhado pelo processo de mobilidade social, onde as necessidades humanas são supridas por meio de uma diferenciação no sistema produtivo que permita a introdução de novas tecnologias (FURTADO, 1961, p.115-116).

Ademais, pode-se concluir que o desenvolvimento econômico é oriundo de um crescimento sustentado do poder de compra da população, por meio de sua renda *per capita* a qual possibilita a melhoria da qualidade de vida do coletivo (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9).

O desenvolvimento econômico se distingue do crescimento, pois este último é caracterizado pela expansão da produção gerada no processo econômico, tendo como principal forma de mensuração o Produto Interno Bruto (PIB) de uma determinada localidade durante um período; ou seja, não gera a qualidade de vida, embora seja o crescimento parte integrante do desenvolvimento.

Para Vieira (2009, p. 25) o desenvolvimento ocorre de forma quantitativa e qualitativa, ele representa um aumento da oferta de bens e serviços per capita, altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento e o comportamento da mão-de-obra. Nem todas essas modificações estão na área econômica. Mas isso não pode e não deve ser utilizado como justificativa para um enfoque puramente sociológico do problema, pois toda a sociedade, independente de como se distribui o poder político, diante da expansão de suas necessidades, está presa às limitações de técnicas de produção e à disponibilidade de recursos. Não existe nenhuma forma de organização social que seja capaz de reprimir a expansão das necessidades da coletividade e não há forma mágica capaz de superar as limitações tecnológicas e os recursos escassos.

Diante disto, a adoção de novas tecnologias, sendo esta inicialmente a aplicação do conhecimento técnico e científico para fins industriais e comerciais, mas que devido a metamorfose da economia local para a global, fez com que objetivos políticos e sociais, para fins de combate à pobreza, autonomia e emancipação dos produtores, com o objetivo de valorizar as práticas comunitárias, passaram a integrar a pauta nos ambientes de gestão pública e acadêmica. Segundo o Instituto de Tecnologia Social, tal é definida como sendo “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004, p. 130).

Diante disto, verifica-se que a tecnologia social consiste na obtenção de soluções em âmbito coletivo, com vistas ao benefício dos atores sociais; ou seja, é a replicação de

metodologias replicáveis, desenvolvidas interativamente com a comunidade em busca de soluções para mutação das condições sociais em prol da melhoria da qualidade de vida.

Todavia, a adoção da tecnologia social permeia basicamente esferas públicas, pois na maioria dos casos, são os agentes públicos, os principais responsáveis pela adoção destas ações. Embora sejam tais tecnologias mais adequadas, sustentáveis e de menor custo; sua aplicação enfrenta dificuldades que vão desde a resistência conservadora a projetos inovadores por parte dos gestores públicos, à aceitação da comunidade receptora, haja vista que as opções por métodos mais pragmáticos ou fáceis costumam ser melhores aceitos (LESSANCE; PEDREIRA, 2004, p. 65).

Com base nas características supracitadas, a Economia Social (ECOSOL), a qual segundo Paul Singer (2006, p. 38) “surgiu como reação, de forma global e completa, ao capitalismo”; visa um equilíbrio entre as ações de desenvolvimento por meio de crescimento econômico, a fim de se obter equidade no conhecimento e senso crítico; pois, o ser humano é o principal ator da atividade econômica.

Tal argumentação fica melhor sedimentada quando sua práxis é analisada com vistas ao arcabouço teórico anteriormente explanado.

2.1. Análises das práticas da Economia Social

As ações práticas da Economia Social podem ser vistas em diversos segmentos das atividades econômicas, o que denota sua flexibilidade de adaptação aos processos produtivos sem abdicar de suas premissas.

Primeiramente, pode-se analisar como tal metodologia possibilita a inserção no mercado de trabalho de grupos sociais aquém das exigências básicas deste. Pochmann (2004, p. 383-399), explana sobre como tal conceito possibilitou a inclusão social de jovens de 15 a 24 anos, baseados nos dados da última década do século XX, após um período de estagnação econômica, cuja dinâmica de exclusão do mercado de trabalho deteriorou as “vantagens potencialmente oferecidas pela educação, além de aumentar as desigualdades de renda para os mesmos níveis educacionais”.

Para minimizar tal mal, Pochmann (2004) destaca a estratégia adotada pelo Município de São Paulo, a qual fora considerada inovadora no tocante a política pública, pelo fato de integrar ações educacionais e trabalhistas distribuídas em três eixos, sendo: redistribuição de renda, emancipação social, política e econômica e o apoio ao desenvolvimento local.

O primeiro eixo, o de redistribuição de renda, tinha o objetivo de assegurar, uma complementação de renda, garantindo assim, a participação dos grupos sociais mais excluídos



da população às ações de emancipação social. Tais benefícios estavam relacionados a questões educacionais, haja vista, que asseguravam a transferência de renda ante à elevação da escolaridade e ao desenvolvimento de atividades comunitárias.

Tais programas de distribuição combinavam a complementação de renda com a formação do beneficiário, capacitando-o para a geração de trabalho de forma autônoma, empreendedora e de atividades locais. No terceiro eixo, o de desenvolvimento local, consiste no apoio de a uma reestruturação empresarial com vistas ao desenvolvimento das cadeias produtivas, demandantes por mão de obra e promotora de negócios, a fim de absorver os beneficiários deste programa social.

Tal programa, realizado entre os anos de 2001 a 2004, atingiu aproximadamente 20% da população paulistana, articulado e desenvolvido pelo poder público municipal e instituições de ensino superior. Como resultado, verificou-se que a estratégia de redistribuição de renda, por intermédio dos programas assistenciais, associados ao desenvolvimento local, o qual se deu pelo exercício de aprendizagem de atividades comunitárias e solidárias, valorizou a cidadania e o sentimento de pertença por parte da população beneficiada.

Ademais, contatou-se a redução da taxa de homicídio nas comunidades atendidas pelos programas sociais e trabalhistas, bem como se verificou a redução da evasão escolar.

Em suma, a possibilidade de entendimento do indivíduo, principalmente o de classe social baixa, como ser participante da mutação do espaço social, possibilita que tal abdique de uma situação da qual seja mera massa de manobra, para se tornar um protagonista da transformação social.

Destarte, o ingresso social por intermédio do trabalho possibilita a auto-percepção do indivíduo como integrante da realidade. Os princípios de Economia Social proporcionam o conhecimento que pode se difundir pela economia, reconstituindo a base do conhecimento inovador, por meio do conjunto de condições socioeconômicas e de inovação.

Desta forma, promove-se o equilíbrio do ser humano com a sociedade, possibilitando aspectos primordiais como liberdade, segurança, responsabilidade e principalmente, o sentimento de pertença ao grupo, na perspectiva de se desenvolver. Diante disto, o trabalho deixa de ser alienante e exploratório para ser vivenciado como condição de humanização do indivíduo (OLIVEIRA; MACHADO, 2011, p. 34).

As organizações sociais explanam uma visão acerca da ação exógena ao grupo ou movimento social, logo, a visão do ser humano em meio à economia, a política e a cultura, tornam-se relativas quanto ao modo de implementação dos conceitos econômicos. A mudança cultural por meio da formação é fator *sine qua non* para a prática da ECOSOL, porque se trata

de uma mudança profunda de valores e princípios no comportamento humano, pois a eficiência econômica está ligada aos valores das práticas sociais (GADOTTI, 2009, p. 19).

Ademais, o conceito de que a educação proporciona uma nova visão da realidade local é também possibilitada por intermédio do conceito acerca do trabalho, conforme corrobora Pochamnn (2004, p. 397):

Assim, em pleno limiar da sociedade do conhecimento, o Brasil precisa abandonar a concepção conservadora e ultrapassada do trabalho como obrigação pela sobrevivência para reconstituir uma nova transição do sistema escolar para o mundo do trabalho.

Portanto, a ECOSOL possibilita uma educação transformadora, haja vista, que possui entre seus principais fundamentos o de estruturar uma economia que possibilite o desenvolvimento econômico em um contexto de democracia política para se obter a democracia econômica, sendo a única capaz de trazer soluções definitivas aos problemas sociais (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 53).

3. Transformação cultural

Quando se fala em cultura, passa-se na mente questões folclóricas ou de nações longínquas. Todavia, a cultura trata também do âmbito profissional. A cultura local é definida por questões institucionais e sociais, aquilo que pode ser considerado essencial para a melhora na qualidade em uma determinada localidade pode não ter valor algum em outra.

A ECOSOL tem como um de seus princípios o de possibilitar o acesso a informação, para que se propicie a elevação do nível educacional do integrante do projeto, vislumbrando não somente o conhecimento técnico, mas também, a visão empreendedora.

Esta visão, de gestão de negócios, é possível devido ao método da autogestão que é a metodologia de gestão democrática, na qual as decisões são tomadas em caráter coletivo, para o caso de cooperativas, normalmente oriundas de empresas recuperadas¹. Tais decisões tangem sobre a eficiência social e o uso dos excedentes outorgando um caráter dinâmico à reprodução social, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente.

¹ Empresas recuperadas consistem em massas falidas que foram assumidas pelos então funcionários destas, vindo a se tornarem cooperados.



Contudo, a alternância da posição de empregado para a de empreendedor, é primeiramente uma transformação cultural, pois o indivíduo que durante muitos anos – em alguns casos na maior parte da vida – se manteve em uma posição subalterna ante seus empregadores, rompe-se com tradições quando se coloca em uma condição de integrante na tomada de decisão, pois, conforme participa Paula (2011, p. 331):

[...] um sujeito encarcerado pelo imaginário capitalista está diante de nós. Como já expomos, ele não percebe a prisão simbólica que o limita, e reproduz uma forma de agir e pensar que só encontra respaldo no sistema mercantil. Esse sujeito se conforma em tentar responder questões que nem sequer colocou, porque não consegue perceber a possibilidade de reinventar a sua realidade; esse sujeito não consegue expressar a sua subjetividade por que suas vias de trânsito foram bloqueadas, tamponadas pela corrida produtivista e encerradas no porão escuro das coisas sem importância; esse sujeito morreu, mas não sabe, ou melhor, nunca existiu; é um não-sujeito que opera engrenagens simbólicas sincronizadas, cujo conteúdo não se adapta à forma que propõe.

Na autogestão, não ocorre um processo educativo somente para atividades técnicas, mas sim, para uma gestão colaborativa. Esta, por sua vez, possibilita o rompimento de barreiras culturais e de autoestima permitindo que o indivíduo repense o ambiente em que vive, e assim, transforme-o conforme o senso comum.

Para Vieira (2009, p. 21) as questões culturais devem ser levadas em consideração, em especial no processo de desenvolvimento regional, passa também pela questão cultural e de valores de uma determinada região em que, com o passar do tempo, vão se consolidando e dando identidade a uma comunidade regional. Nas últimas décadas a historiografia assistiu a um claro crescimento da rejeição à ideia de que a vida social e cultural seja direta e linearmente determinada pelas dimensões da economia e da vida material. Os conceitos de desenvolvimento econômico endógeno passam pela ênfase dada às dinâmicas locais que precisam ser analisadas ao longo do tempo.

Paulo Freire (1987, p. 45) coloca o ato de socialização do conhecimento como um ato libertador. Tal ação ocorre com a prática da educação dialógica, a qual consiste na metodologia que proporciona a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos, pois, o objeto de pesquisa não é o ser humano, mas sim, o seu pensamento-linguagem que expressam sua percepção da realidade.

Neste sentido, a ECOSOL trata-se de um ato pedagógico por si só. A prática social de seus conceitos, os quais não se fazem de forma displicente, mas sim com o entendimento desta, é a única maneira de aprendê-la (SINGER, 2005, p.19).

Quando o indivíduo assume a condição de sair de uma posição inerte quanto ao seu *modus operandi* e inicia o processo de busca de entendimento acerca da realidade, esta mutação se dá com a adoção de docências dialogadas, adicionando aos conteúdos curriculares educacionais, a discussão elucidativa sobre seus saberes e vivências sociais, com vista a uma leitura crítica e inquieta acerca da realidade e a possibilidade de mudança.

As constatações de fatos inadequados ao modo de viver de cada um não são para se adaptar a ela, mas sim, para transformá-la. A situação da qual a ECOSOL surge, é a de plena desordem econômica. A falta de planejamento e de políticas desenvolvimentistas permite a instalação de uma zona de ausências de necessidades básicas. Diante disto, a insurgência de uma transformação endógena por parte da sociedade ou grupo econômico, torna-se um recurso inexorável.

Para exemplificar, pode-se citar o caso da Cooperativa de Produtos Metalúrgicos de Mococa – Copromem, a qual é oriunda de uma empresa com mais de cem anos de tradição que entrou em processo falimentar e que fora assumida pelos seus funcionários, tornando-se estes os cooperados, num total de 347 pessoas. Inicialmente, a desconfiança dos clientes e fornecedores, foram os principais desafios a serem suplantados, chegando ao ponto de seus integrantes, terem somente a cesta básica a receber do empreendimento (RETAMIRO; CARNIELLO, 2011).

Esta situação instigou seus integrantes a se colocarem em uma situação na qual promoveu a análise de sua condição, fazendo com que uma reação fosse necessária para sair de uma situação de estagnação econômica, social, moral e cultural. Atualmente, a Copromem está nacionalmente entre as três principais empresas do seu segmento, isto graças, a uma ação motivadora decorrente de uma educação dialogada com instituições promotoras do cooperativismo. Tal como esta, foram identificadas em 2005 no Brasil, 174 empresas recuperadas com 11.348 trabalhadores ocupados (JUVENAL, 2006, p. 121).

Verifica-se, portanto, que a ECOSOL é tão somente fruto de uma prática conjunta de grupos sociais que devido à escassez de recursos, promoveram uma mudança de pensamento; ou seja, ocorreu uma mudança cultural que promoveu a liberdade de pensar e agir, a qual só fora possível devido a uma educação empreendedora diferenciada do convencional capitalismo. Pois por intermédio da práxis solidária, foi que este aprendizado, sob a ótica de uma cultura libertadora, pode ser constituído, a exemplo do que salienta Gadotti (2009, p. 45):

Não se pode pensar numa cultura para a solidariedade sem a formação para a sensibilidade. A cultura solidária e a educação estética estão intimamente



relacionadas. A educação estética mobiliza para a sensibilidade, abrindo-se para o novo, para o outro, para o diverso. Daí uma outra dimensão da educação para uma cultura solidária, que é o respeito e a valorização da diversidade cultural. Trata-se de não impor padrões culturais, mas de compartilhá-los, valorizá-los, não estabelecendo uma relação de hierarquia entre eles.

Portanto, promover o conhecimento é promover a liberdade. Possibilita-se a democracia econômica por meio da liberdade do mercado, porém, com mecanismos diferentes de promoção e distribuição da riqueza.

Proposições e considerações finais

No exórdio deste trabalho, participou-se o objetivo de conceituar algumas questões, dentre elas, analisar que desenvolvimento econômico consiste no crescimento da oferta de bens e serviços adquiridos pela sociedade, associado a elevação da qualidade de vida por meio da elevação da renda, o que resulta na melhoria da mobilidade social.

Outro fator, fora que para se alcançar o desenvolvimento, é necessário que a educação seja base essencial para que ocorra a melhoria da qualidade de vida e refletida na mobilidade social positiva. Outrossim, a educação não pode ser aplicada de forma reprodutora de uma filosofia dominante, mas sim, de forma dialogada proporcionando o desenvolvimento do senso crítico capaz de impulsionar o indivíduo a analisar o ambiente social, despertando neste, o anelo de transformar a realidade incômoda.

Obviamente, o chamado “transformar o mundo” é algo utópico. Porém, promover a criação de métodos que minimizem os impactos negativos ocasionados por um sistema econômico excludente, mostra-se possível com a ECOSOL. Tal como se fosse desejar impedir uma catástrofe natural, o que é impossível, mas pode-se procurar minimizar os danos por ela ocasionados, desde que haja um planejamento e uma vontade de mudar a realidade de um eventual caos por esta ocasionado.

A ECOSOL surge como uma alternativa ao sistema econômico vigente, utilizando sua principal ferramenta, o mercado, mas com a diferença de que o mercado deve ser regido em favor do ser humano e não o contrário. Produtos e serviços de qualidade, com a aplicação de um comércio justo, são projetos factíveis, a exemplo das redes de economia social e cooperativas, que sobrevivem no mercado, mas que aplicam métodos de desenvolvimento diferente de suas congêneres capitalistas.

Todavia, alternar o modo comum e tradicionalmente aceito, demanda uma renovação dos conceitos e uma transformação cultural do indivíduo que adere a esta forma de desenvolvimento autônomo. Esta transformação promove o sendo crítico, fazendo com que se observe a realidade no entorno e adote uma postura inquieta quanto à situação.

É neste momento que uma educação dialogada inicia um processo endógeno transformador de uma realidade enaltecendo a liberdade por meio da superação (FREIRE, 1987).

A questão é: as universidades têm preparado seus discentes para desenvolverem uma visão híbrida, associando as questões técnicas e com um senso crítico? Com o advento da Lei nº. 9.394/96, a qual estabelece diretrizes e bases da educação nacional, demonstra-se relativamente eficaz no tocante a regulamentação da educação nacional (art. 43 à 57). Todavia, demonstra-se inadequada quanto as melhorias da qualidade de ensino frente as tendências econômicas do país. Diante disto, nota-se o ato detrimetoso acerca da valorização do docente, o que reflete no discente e conseqüentemente na educação.

Cabe então a este profissional da educação, a função de estimular e desenvolver a capacidade de inovar no tocante aos pragmatismos cotidianos vindouros. Atuar meramente com vistas ao mercado faz com que se obtenha uma massa capaz de suprir as questões técnicas, as quais são de suma importância para a sociedade. Contudo, a qualificação técnica desacompanhada do senso crítico promovido pelo saber social, dificulta a possibilidade de transformação das deficiências regionais, cabendo muitas vezes ao educador suplantar as questões adversas (mesmo que sejam relacionadas à renda; porém, continuamente exortando as autoridades e empregadores).

Implementar a prática da ECOSOL demanda uma ação pedagógica de cunho crítico, permitindo ao indivíduo abnegar das práticas tradicionais outrora injungidas à este, incrementando que um novo entendimento acerca do espaço socioeconômico possa impelir novas críticas a realidade, tendo como resultado a remodelação do pensamento político, sucumbindo as estruturas sociais vigentes.

Portanto, pode-se definir que a educação é uma ferramenta essencial para a transformação econômica regional, por possibilitar a ampliação da visão crítica, culminando com a inquietação ante a uma situação desfavorável de caráter social e econômico.



Referências bibliográficas

- ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. 2 mar. 2006.
- CASTRO, C. M. As três leis do Império Tupiniquim. *Revista Veja*, São Paulo: Abril, ed. 1825, ano 36, n. 42, p. 20, 22-28, out. 2003. Coluna Ponto de Vista.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- GADOTTI, M. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- JUVENAL, T. L. Empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão: reflexões à luz do caso brasileiro. *Revista BNDES*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 115-138, dez. 2006.
- LEITE, K. C. Apontamentos sobre a relação da Economia Solidária com a Educação. *Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO*, Americana, SP: UNISAL, ano 12, n. 23, p. 143-168, jul.-dez. 2010.
- PAULA, A. P. P. *et al.* A Economia Solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. *Revista Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 18, n. 57, p. 327-328, abr.-jun. 2011.
- OLIVEIRA, R. P.; MACHADO, I. F. O trabalho coletivo como princípio educativo no contexto da socioeconomia solidária: o caso UNIVENS. *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 27-36, set.-dez. 2011.

- POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? *Revista Educação e sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio-ago. 2004.
- RETAMIRO, W.; CARNIELLO M. F. Análise da implementação dos conceitos da Economia Social: caso Copromem. In: MOSTRA DE PÓS-GRADUAÇÃO, 12., 2011, Taubaté. *Anais da...* Taubaté, 2011.
- ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SINGER, P. Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília, p. 37-50, 2006.
- _____. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). *Economia solidária e educação de jovens e de adultos*. Brasília: Inep/MEC, 2005. p. 15-20.
- XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.